Rimando e aprendendo: o uso do cordel como ferramenta pedagógica no Ensino de História

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR*

Resumo: Este texto apresenta o uso do cordel em aulas de História, enquanto ferramenta pedagógica. Mostra as benesses possíveis de serem desfrutadas na relação ensino-aprendizagem, sendo uma delas a possibilidade da aprendizagem mediante a construção, por parte do próprio aluno, de poesia cordelística sobre temáticas históricas que constam no conteúdo curricular ou não. Ademais, revela a possibilidade de identificação do aluno com as narrativas presentes na Literatura de Cordel, principalmente se esse tipo de literatura faz parte do seu mundo. Enquanto exemplo do uso do cordel como ferramenta pedagógica no Ensino de História, em formas de septilhas, é trazida à luz a História do Brasil, dando-se ênfase à temporalidade colonial, com a exposição de elementos presentes no agir colonizador português e os efeitos provenientes desse agir, imediatos e nos dias atuais da sociedade brasileira.

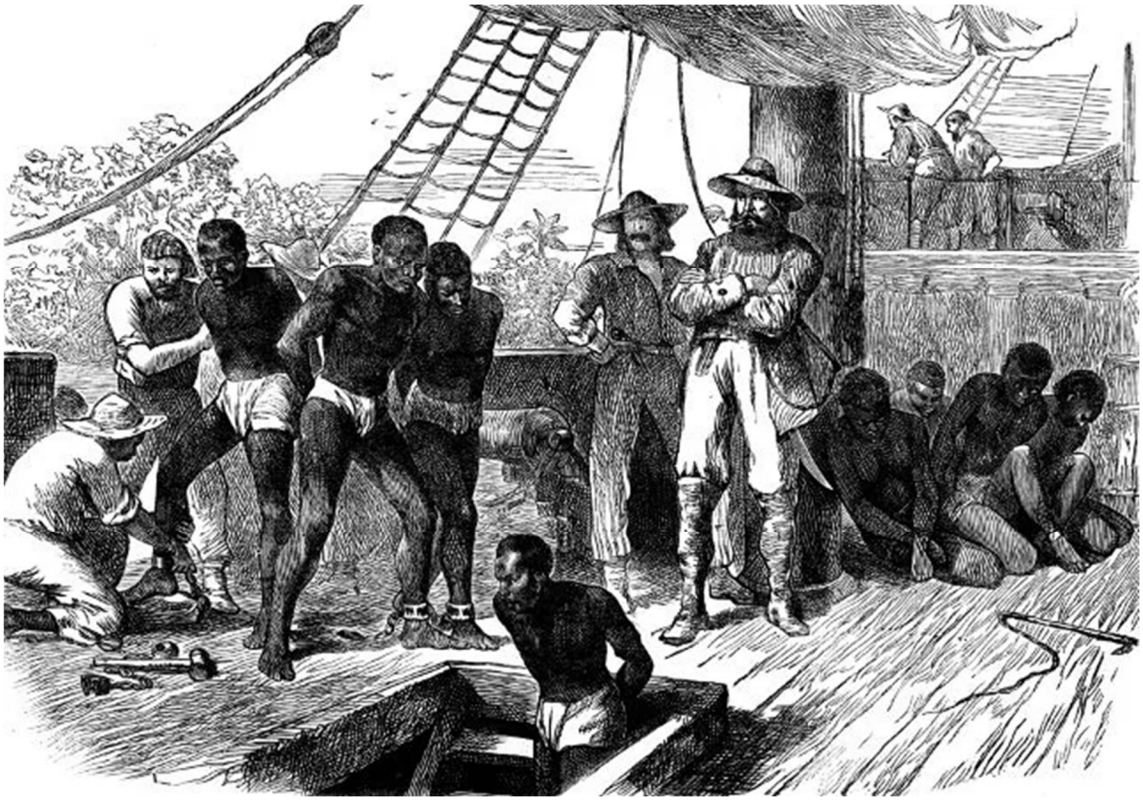
Palavras-chave: História do Brasil; temporalidade colonial; ensino-aprendizagem de história; identificação; septilhas.

Rhyming and learning: the use of cordel as a pedagogical tool in History Teaching

Abstract: This text presents the use of cordel in History classes, as a pedagogical tool. It shows the benefits that can be enjoyed in the teaching-learning relationship, one of which is the possibility of learning through the construction, by the student, of cordelistic poetry on historical themes that are included in the curricular content or not. Furthermore, it reveals the possibility of identifying the student with the narratives present in Cordel's Literature, especially if this type of literature is part of their world. As an example of the use of cordel as a pedagogical tool in the Teaching of History, in the form of septiles, the History of Brazil is brought to light, with an emphasis on colonial temporality, with the exposure of elements present in the Portuguese colonizing action and the resulting effects this action, immediate and in the current days of Brazilian society.

Key words: History of Brazil; colonial temporality; history teaching-learning; identification; septiles.

* **JOSÉ FERREIRA JÚNIOR** é Doutor e Mestre em Ciências Sociais / Sociologia (UFCG), Mestre em Ensino de História (URCA), Especialista em Ensino de História (UPE), Licenciado em História (FAFOPST). Professor efetivo da Autarquia Educacional de Serra Talhada (AESET), lotado na Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada (FAFOPST), no Departamento de História. Pós-Doutorando em Ciências Sociais / Antropologia, pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS / UFCG).



Introdução

Recai sobre o Ensino de História, para grande número de alunos da Educação Básica, o estigma de que se constitui algo muitissimamente abstrato e, por conseguinte, desprovido de sentido, tornando-o, na concepção desses alunos, despossuído de valor. Ou seja, geralmente, o Ensino de História aparece como narrativa de fatos com os quais os alunos mantêm ausência de familiaridade.

Diante dessa realidade, entende-se ser necessário que exista, por parte dos professores de História, a preocupação em buscar alternativas que possam vir a desconstruir essa imagem negativa que se tem sobre o Ensino de História, enquanto conteúdo presente no currículo da Educação Básica. Dentre as possibilidades de estratégias didáticas para o Ensino de História no estágio de ensino em discussão, existe o uso do cordel como ferramenta pedagógica.

Neste texto, enquanto exemplo do uso do cordel como ferramenta pedagógica[1] no Ensino de História, é trazida à luz a História do Brasil, dando-se ênfase ao período de tempo colonial, com a exposição de elementos presentes no agir colonizador português e os efeitos provenientes desse agir.

As intencionalidades e práticas portuguesas, bem como o que delas resultou, são expostas em septilhas e explicitadas, como deve ser no momento da aula. Antes, porém, de adentrar a temática do uso do cordel como ferramenta pedagógica, na seção Cordel em Ensino de História? Por quê?, listamos as razões pelas quais lançamos mão dessa ferramenta em aulas ministradas em escola pública da rede estadual pernambucana, na cidade

[1] Ferramentas pedagógicas são, em sentido amplo, instrumentos que facilitam o processo de aprendizagem, isto é, contribuem com a educação efetiva do aluno;

de Serra Talhada[2]. Na seção, Utilização do Cordel Como Ferramenta Pedagógica no Ensino de História: O Brasil Colonial – Elementos da Colonização Portuguesa, trazemos exemplo da justaposição do cordel ao ensino de história, no referente à História do Brasil, sendo a temporalidade o Brasil colonial, quando da implantação da empresa açucareira pelo colonizador português.

Cordel no Ensino de História? Por quê?

Têm-se, pelos menos, quatro porquês justificadores para a utilização do cordel no Ensino de História, conforme argumentados abaixo.

Primeiro, porque implica na promoção da interdisciplinaridade e esta confronta a lógica positivista da construção do saber pautado na especialização, promotora da dissociação dos saberes (MORIN, 2001). Ou seja, revela-se como opção metodológica que faculta ao professor uma apreensão holística do conhecimento, o que promoverá enriquecimento à sua prática pedagógica (JAPIASSU, 1994). Pretende-se que a interdisciplinaridade deve ser compreendida como uma ferramenta de superação da fragmentação disciplinar, propondo-se, assim, a ser "um instrumento de mediação da construção do conhecimento capaz de romper as fronteiras existentes entre as disciplinas e de articular saberes e práticas, entremeando o ensino e a pesquisa" (MODESTO; SANTOS, 2015).

A instrumentalidade da interdisciplinaridade desenha um novo caminhar metodológico que, contrariando a especialização positivista, chama ao diálogo as disciplinas, ou seja, propõe a existência de uma integração disciplinar e, com isso, formula um movimento constante, que cria e recria pontos de discussão (FAZENDA, 2006). Ademais, ainda se observa outros benefícios, uma vez que, "além do desenvolvimento de novos saberes, a interdisciplinaridade na educação favorece novas formas de aproximação à realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas" (FAZENDA, 2006);

Segundo, porque em 2018 o Cordel foi declarado Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro e isto, por si só, justifica a sua adoção como documento nas aulas de história, uma vez que se reporta à memória coletiva da sociedade brasileira, em uma determinada época e lugar. O reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro torna o Cordel um documento monumento e, como tal, "resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias" (LE GOFF, 2003);

Terceiro, porque o cordel, além de ser expressão artística de fácil apreensão, o seu uso em ensino de história traz a possibilidade da construção de saberes históricos que se atrelem às múltiplas realidades que se fazem presentes em uma sala de aula, ou seja, "o cordel enquanto elemento da cultura popular se aproxima dos problemas e angústias que permeiam a realidade daqueles que compõem o ambiente escolar" (SANTOS, 2018, p. 34). Além de promover identificação do alunado com suas narrativas, o uso do cordel também pode vir a estimular o aluno a participar de construção de textos, próprios de cordel, utilizando elementos dos conteúdos a serem estudados na disciplina história. Isto, por sua vez,

[2] Serra Talhada situa-se às margens da BR-232 e dista 410 km da capital, Recife;

promove-lhe um sentimento de pertença, quando da construção de conhecimento histórico.

Por fim, porque permite a possibilidade de se construir e ou despertar uma relação identitária entre o sujeito (aluno) e o contexto onde está inserto, promovendo a possibilidade de conscientização do sujeito, no referente ao seu papel de sujeito histórico (RÜSEN, 2010);

Utilização do Cordel como ferramenta pedagógica no Ensino de História: o Brasil colonial – elementos da colonização portuguesa

A seguir, trazemos exemplo de como se pode utilizar o cordel, quando do Ensino de História. A temática é História do Brasil. A temporalidade é o Brasil Colonial, quando da implantação da empresa açucareira pelo colonizador português. A turma é de alunos do Ensino Médio. O cordel utilizado é produzido antecipadamente pelo professor e contém 12 septilhas, ou seja, estrofes de sete linhas, que rimam os versos pares até o quarto, como na sextilha; o quinto rima com o sexto, e o sétimo com o segundo e o quarto.[3]

Do cordel **O Brasil Português**, aqui somente uma parte exposta, cada septilha é explicada, conforme se verá adiante:

Um Brasil que existia
A outro cedeu a vez
E deixou de existir
Porque um outro se fez
Que se tornou adequado
Sob medida moldada
Ao querer português

[3]No início do século vinte o Cantador alagoano Manoel Leopoldino de Mendonça Serrador fez uma adaptação à Sextilha, criando o estilo de sete versos, também chamado de sete linhas ou de sete pés, rimando os versos pares até o quarto, como na Sextilha; o quinto rima com o sexto, e o sétimo com o segundo e o quarto.

De fora, o querer se fez
Vindo de um ponto de vista
Presente no invasor
E que no Brasil se aplica
Satisfez sua intenção
Referente à produção
Com a prática mercantilista

Mostra-se a existência de um espaço, posteriormente denominado Brasil pelo conquistador português, que portando consigo uma ideologia econômica, a mercantilista, desloca-se da Europa e a faz implantada em espaço de sua dominação.

Deve-se deixar claro que antes da chegada dos portugueses, aqui existiam sociedades e estas eram vivenciadoras de funcionalidade, e tributárias de culturas, ou seja, havia um mundo outro que se diferenciava do mundo de onde provinham os portugueses, porém um mundo com sua lógica de existência (MAESTRI, 2008).

O mercantilismo era a política econômica do chamado Antigo Regime e tinha como características principais o metalismo e a balança comercial favorável (FAUSTO, 2004). Pode-se considerar o mercantilismo como sendo a faceta primeira do capitalismo. No mercantilismo o lucro estava na circulação de mercadorias.

A prática se verifica
Preste você atenção
Quando ao que se produz
Dá-se a conotação
Que o lucro do capital
É diretamente proporcional
Ao volume da produção

A ideia de que o lucro era diretamente proporcional ao volume produzido fez com que grandes extensões de terras fossem ocupadas pela empresa açucareira e, por conseguinte, verifica-se a continuidade da destruição da vegetação nativa da hoje chamada Zona

da Mata, iniciada nos trinta primeiros anos de ocupação portuguesa (1500 – 1530), para o implante de engenhos produtores de açúcar.

> Assim, a população
> **Que residia nativa**
> No chão chamado Brasil
> **Passou a ser perseguida**
> **Pelo colonizador**
> Que espalhando seu furor
> **Quase a fez destruída**

Os nativos, chamados de índios pelo colonizador português, foram os primeiros a experimentar os efeitos da intenção previamente definida pelos colonizadores: lucrar. A princípio o branco colonizador, para satisfazer seus intentos, tentou fazer o índio trabalhar mediante o oferecimento de quinquilharias desconhecidas da cultura indígena. Todavia, a concepção econômica do nativo se mostrava contraposta à do colonizador (PRADO JÚNIOR, 2004). Este buscava acúmulo de produção; aquele, não via sentido nesse tipo de ação, uma vez que o que necessitava era buscado na natureza e, somente o suficiente para sua satisfação imediata.

Frustrada a intencionalidade do português, este passou a agir de maneira violenta em relação aos nativos, buscando forçá-lo a trabalhar em seu projeto econômico. Os nativos empreenderam resistência e ocorreram conflitos promotores de morte em número significativo de indígenas. A intencionalidade de escravizar indígenas é oficialmente impedida por decreto real em 1570 (FAUSTO, 2004), embora nunca tenha efetivamente sido obedecida na colônia (MAESTRI, 2008)[4]. As etnias indígenas que não foram exterminadas migraram para o interior do território, buscando escapar da ação do colonizador. A mudança de lugar também foi algo nocivo para essas etnias, visto que tiveram de experimentar readaptação, fato nem sempre conseguido.

> E, para ter garantida
> **Sua empresa no novo mundo**
> A Coroa lusitana
> Fez explorar profundo
> **Com prática agricultora**
> **Produção monocultora**
> **E implante de latifúndio**

Mediante a frustração de não se encontrar ouro de imediato na colônia e também do risco de perder a posse do seu território para outras nações europeias que não respeitavam a divisão do Novo Mundo entre portugueses e espanhóis, em 1530, Martim Afonso de Souza chefia a chamada expedição colonizadora e se principia, de fato, a colonização portuguesa no Brasil, sendo a plantação de cana-de-açúcar a atividade definida (PRADO JÚNIOR, 2004).

A opção pela plantação de cana-de-açúcar na colônia se dá por vários motivos: o açúcar era especiaria possuidora de mercado consumidor na Europa; os holandeses sinalizavam investir capital para o plantio da cana e produção de açúcar; Portugal dominava as técnicas de produção da especiaria, porquanto a mantinha nas ilhas dos Açores e da Madeira; as condições mesológicas locais eram propícias ao cultivo da cana-de-açúcar (PRADO JÚNIOR, 2004). Para satisfação desse empreendimento, lançou mão o colonizador do uso da terra em larga escala, o latifúndio, e nele a prática da monocultura canavieira.

[4] A pressão dos jesuítas para que a Coroa portuguesa proibisse a escravização indígena resultou em leis que determinaram a sua proibição, em 1570, 1587, 1595 e 1609. Essas leis defendiam que somente em caso de "guerra justa" é que os indígenas poderiam ser escravizados;

Isto trouxe outro infortúnio
Que se estendeu neste chão
Do outro lado do Atlântico
Da África, povos virão
Pelo branco arrancados
Para o Brasil traficados
Sujeitos à escravidão

Ao funcionamento da empresa açucareira exigia-se a existência de mão-de-obra. Com a proibição do uso do indígena na empreitada, juntou-se, ao latifúndio e à monocultura da cana-de-açúcar, a mão-de-obra negra escravizada transportada da África. A esta tríade falada somou-se a exportação do que seria produzido: tratava-se do implante da *plantation* (BOSSI, 1992).

A definição pela mão-de-obra negra africana escravizada resulta do conchavo existente entre a burguesia metropolitana e a Igreja cristã, que buscaram junto à Coroa portuguesa preservar seus interesses, ao pressioná-la para que proibisse a escravização indígena na colônia. A burguesia metropolitana garantiria que os lucros da comercialização de escravos ficassem em seus bolsos e não nos da burguesia colonial, o que ocorreria com a escravização de índios; a Igreja, empenhada em garantir na colônia um espaço cristão católico, visto o avanço do cristianismo protestante, empreenderia catequização aos indígenas e ato contínuo legitimaria a escravização de negros africanos (FAUSTO, 2004).

Fez-se a colonização
Do Brasil, por Portugal
Pro branco europeu fez bem
Pro índio e pro negro, mal
Esse histórico momento
Gera subdesenvolvimento
Realidade atual

O processo colonizador português no Brasil se dá na forma de colonização de exploração, onde quem coloniza visa única e exclusivamente arrancar do espaço colonizado tudo que possa gerar lucro. As partes envolvidas no processo de colonização, brancos, índios e negros africanos, auferem diferentes efeitos.

Para o branco europeu, que conta com a parceria da Igreja cristã católica, chegam as benesses que derivam do explorar desmedido, no caso aqui discutido, os lucros da empresa açucareira (PRADO JÚNIOR, 2004). Para o índio e para o negro escravizado chegam reveses significativos. A ambos chegou o experimento do desenraizamento cultural, mediante a aculturação compulsória a que foram submetidos. O índio foi alvo da catequese jesuíta (SAVIANI, 2019). O negro escravizado foi alvo das imposições de "seus donos", os senhores de engenho (REIS; GOMES, 2012).

Verdade é que houve resistência por parte dos dominados – índios e negros - também relacionada à pretensão branca da imposição de valores derivados do eurocentrismo que era portador o colonizador português, visto que a dominação cultural não ocorre de maneira absoluta (CUCHÉ, 2004), mesmo que em determinado momento histórico a cultura dominante seja a da classe dominante (WEBER, 2004).

Também se verifica que nos dias contemporâneos brasileiros há a existência de elementos característicos do subdesenvolvimento, que segundo Santos (2010) são decorrentes do processo de exploração vivenciado, quando da colonização portuguesa.

Vou citar somente um mal
Dessa ação parasitária
Que a Coroa portuguesa
Fez, de forma mandatária
Terras a poucos chegou
E aqui cristalizou
Complexa questão agrária

Assim, de forma arbitrária
Elite terratenente
Da terra aqui, faz troféu
E de maneira insolente
Promove o descalabro
Tendo apoio do Estado
Por terra, assassina gente

A Questão Agrária é herança perversa da colonização por exploração imposta por Portugal ao Brasil. Hoje o campo brasileiro é espaço de tensão decorrente da relação que travam latifundiários e trabalhadores sem terra. Estes, desejosos que a terra cumpra sua função social, que é produzir alimentos; aqueles, especulando-a imobiliariamente, têm-na como capital de reserva.

Dessa incongruência de interesses vem à luz a violência envolvendo as partes citadas e, com ela, a morte principalmente de trabalhadores sem terras, como, por exemplo, o evento que ficou conhecido como Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, que resultou no assassinato de 21 trabalhadores sem terra e no ferimento de mais 79 deles, praticado pela Polícia Militar do Pará.[5]

Deve-se lembrar de que a Questão Agrária vivenciada hoje tem enraizamento na divisão do território colonial brasileiro em Capitanias Hereditárias, quando se vivenciava a doação de sesmarias. Tais práticas promoveu a concentração de muita terra nas mãos de pouca gente, sendo essa realidade já observada no século XVII (FAUSTO, 2004).

Ademais, com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, liberando a comercialização da terra, esta passou a existir como propriedade privada, tanto no campo quanto na cidade, o que, segundo Stedile (2004), constitui-se embrião da questão agrária e da favelização no Brasil.

Evento como o Massacre de Eldorado do Carajás não se constitui ocorrência isolada, visto que recorrentemente são verificados, a mando de latifundiários, assassinatos de lideranças e de liderados, participantes do Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isto se comprova quando se verifica dados do monitoramento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que afirma que entre 1996 e 2019, somente no Estado do Pará, foram assassinados, entre lideranças e trabalhadores sem terra, 320 pessoas.[6]

Considerações finais

O Ensino de História precisa experimentar dissociação da pecha que se lhe faz chegar a prática pedagógica assentada em datas, nomes e espaços, que é a de ensino maçante, que exige dos alunos decorar os elementos citados e, por conseguinte, deles recebe desqualificação, sendo preterido em relação a outros saberes escolares.

A utilização do cordel como ferramenta pedagógica no ensino de história pode vir a contribuir para a desconstrução desse estigma que recai sobre o aprendizado de História, visto que, além de impetrar leveza ao ensino, pode vir a ser elemento promotor de identificação do aluno com o seu mundo e, além disso, servir-lhe de estímulo para a construção de seus próprios cordéis, a partir de direcionamento dado pelo professor.

Deve-se ficar claro que aqui não tratamos do uso do cordel como fonte, mas como ferramenta pedagógica, o que

[5] O dia 17 de abril, depois do Massacre de Eldorado do Carajás, passou a ser considerado o Dia Mundial da Luta pela Terra;

[6] https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/25-anos-apos-massacre-de-eldorado-dos-carajas-violencia-no-campo-dispara-no-brasil;

requer do professor pesquisa prévia do que pretende trabalhar em sala de aula, para somente depois, em forma de versos rimados, qualquer que seja a modalidade da estrofe, construir o cordel a ser utilizado em suas aulas.

Referências

BOSSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo. Companhia das Letras. 1992.

CUCHÉ, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru. Edusc. 2004

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo. Edusp. 2004

FAZENDA, I C A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo. Edições Loyola. 2006.

JAPIASSU, H. 1994. A questão da interdisciplinaridade. In: **Anais do seminário internacional sobre reestruturação curricular**. Secretaria Municipal de Educação, Porto Alegre, jul. 1994. Disponível em http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf Acesso: 10 de setembro de 2021.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas. Editora da Unicamp. 2003

MAESTRI, M. **Uma História do Brasil Colônia**. São Paulo. Contexto. 2008

MODESTO, M A; SANTOS, T F. **Perspectiva do ensino de história nos anos iniciais sob a égide de uma temática ambiental**. 2015. Disponível em https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/2151/446 Acesso em 20 de agosto de 2021.

MORIN, E. Articular os saberes. In: ALVES, N; GARCIA, R. L. **O sentido da Escola**. Rio de Janeiro. DP&A. 2001.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense. 2004.

REIS, J J; GOMES, F dos S. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo. Claro Enigma. 2012.

RÜSEN, J. **História viva**: teoria da história III, formas e funções do conhecimento histórico. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2010.

SANTOS, A L L. **Utilização do cordel como ferramenta para o ensino de história**: conceitos, repertórios e experiências. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade Federal de Sergipe – UFS. São Cristóvão – SE. 2018

SANTOS, P. **Introdução à Sociologia**. São Paulo. Atlas. 2010.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas**. Campinas. Autores Associados. 2019

STEDILE, J P. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo. Expressão Popular. 2004.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Companhia da Letras 2004.

Recebido em 2021-11-05
Publicado em 2022-07-01